



Guebuza sucede a Guebuza - A FRELIMO decidiu durante a reunião da VII Sessão Ordinária do seu Comité Central que o atual Chefe de Estado, Armando Guebuza seria o único candidato à sua própria sucessão na presidência do partido FRELIMO. [Pag 2](#)

Gradação de Angola - Tendo em conta os progressos macro-económicos e sociais alcançados por Angola nos últimos anos, o Comité das Políticas de Desenvolvimento do Conselho Social das Nações Unidas (CNUCED) anunciou, que Angola se tornou candidata ao processo de gradação do Grupo de Países Menos Avançados (PMA) da lista a ser aprovada em 2015 e a integrar a lista de Países de Rendimento Médio. [Pag 2/3](#)

Botswana Explora Minas de Carvão - O Botswana deu início a um ambicioso programa para explorar reservas de carvão estimadas em 212 mil milhões de toneladas, a maior parte das quais a serem exportadas para os mercados asiáticos. [Pag 4](#)

Novo executivo de Angola - O novo elenco governativo, liderado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e que tem como principal coadjutor Manuel Domingos Vicente, está cheio de caras novas, as quais assumem pela primeira vez uma pasta ministerial. [Pag 5/6](#)

Relatório sobre a Insegurança Alimentar no Mundo - De acordo com os dados apresentados pela FAO no seu relatório sobre a Insegurança Alimentar Mundial, cerca de 870 milhões de pessoas, sofria de má nutrição no período entre 2010 e 2012. A quase totalidade da população mal nutrida, 852 milhões, vivia em países em desenvolvimento e apenas 16 milhões em países desenvolvidos. [Pag 7](#)

Remodelação Governamental em Moçambique - O Presidente moçambicano, Armando Guebuza, exonerou, a 8 de outubro, o Primeiro-Ministro, Aires Bonifácio Baptista Aly, e nomeou para o cargo Alberto Clementino Vaquina. Natural da província de Nampula, Alberto Vaquina exercia, desde 2010 o cargo de Governador da província de Tete, depois de, entre 2005 e 2010 ter sido Governador de Sofala. [Pag 8/9](#)

Prémio Ibrahim 2012 - O Comité do Prémio da Fundação Mo Ibrahim decidiu não atribuir o Prémio Ibrahim para a Excelência na Liderança Africana para o ano de 2012. [Pag 9/10](#)

O Fundo Soberano de Angola (FSDEA) - Foi lançado em outubro, em Luanda, com um capital avaliado em 500 mil milhões de kwanzas provenientes das exportações petrolíferas angolanas. [Pag 10/11](#)

Cimeira da Francofonia - Realizou-se em outubro passado em Kinshasa, República Democrática do Congo, a XIV Cimeira da Organização Internacional da Francofonia (OIF). A Cimeira concentrou-se nas crises que atingem vários países africanos do espaço francófono, nomeadamente, a Guiné Conacri, Madagascar, Costa do Maritim, Guiné-Bissau e Mali. [Pag 11/12](#)

Eleições Autárquicas em Angola em 2015 - O Ministro da Administração do Território de Angola, Bornito de Sousa, anunciou, a 24 de outubro, que as primeiras eleições autárquicas em Angola vão realizar-se em 2015. [Pag 12](#)



Guebuza sucede a Guebuza

■ Luís Castelo Branco

A FRELIMO decidiu durante a reunião da VII Sessão Ordinária do seu Comité Central, que se realizou em finais de agosto, que o atual Chefe de Estado, Armando Guebuza seria o único candidato à sua própria sucessão na presidência do partido FRELIMO. Segundo os órgãos dirigentes da FRELIMO, esta escolha deveu-se ao bom desempenho de Guebuza à frente do partido. Nesta reunião ficou acordado que a candidatura de Guebuza seria confirmada no Congresso do partido que se realizaria em Pemba entre os dias 23 e 28 de setembro. Neste Congresso, e tal como previsto, Guebuza foi reeleito Presidente da FRELIMO com um total de 98,76% dos votos, de um universo de 1.858 delegados presentes no ato da votação, com zero votos nulos e com 23 votos em branco.

Não deixa de ser curiosa esta nova candidatura de Guebuza, uma vez que ele tem sido o grande defensor de uma renovação na continuidade dentro da FRELIMO, o que levaria a supor que houvesse mudanças na cúpula dirigente do partido. Guebuza tem defendido que a FRELIMO deveria apostar numa mescla entre as experiências do passado e o entusiasmo das novas gerações, dando a entender que estaria disposto a manter na liderança, através do partido, abdicando, no entanto, da Presidência da República.

Ao concretizarem-se as suas ideias, Guebuza manteria a liderança da FRELIMO e lançaria o até agora Primeiro-Ministro, Aires Aly como candidato do partido no poder às eleições presidenciais de 2014. Embora existam sérias dúvidas que o relacionamento entre Aires Aly e Guebuza atravessasse um bom momento.

Esta hipótese continuaria a dar a Guebuza um grande controlo sobre os assuntos de estado. Segundo os estatutos da FRELIMO, o Presidente do partido é quem dirige a Comissão Política, enquanto o Presidente da República, se for deste partido, é um simples membro deste órgão, sem direito a voto. Uma vez que as decisões de governação da FRELIMO partem da Comissão Política, estariam assim criadas as condições para a subordinação do Presidente da República ao Presidente da FRELIMO.

Este plano de Guebuza não colheu consenso total dentro do partido. Há altos quadros partidários inconformados com esta solução, podendo surgir um outro candidato a disputar o apoio da FRELIMO nas eleições presidenciais de 2014.

Uma nota de destaque neste Congresso foi o facto de três figuras importantes do partido, o Primeiro-Ministro, Aires Aly, a sua antecessora, Luísa Diogo, e o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, responsável pela área financeira da FRELIMO, Aiuba Cuereneia, não terem conseguido ser eleitos para a Comissão Política. Cabe à Comissão Política orientar e dirigir o partido no intervalo das sessões do Comité Central.

De acordo com os estatutos da FRELIMO, a Comissão Política é composta por um número ímpar, entre 15 e 21 membros eleitos, bem como pelo Presidente da República, Presidente do Parlamento e o Primeiro-Ministro, se forem membros da FRELIMO. A não eleição de Aires Aly para a Comissão Política foi um sério revés político que poderá pôr em causa as suas hipóteses de ser o candidato oficial da FRELIMO à substituição de Guebuza à frente dos destinos do país.

Aires Aly, Luísa Diogo e Aiuba Cuereneia, antigo delfim do atual chefe de Estado, Armando Guebuza, têm sido apontados como potenciais candidatos da FRELIMO à presidência da República nas eleições de 2014. Curiosamente, todos eles sofreram uma importante derrota no Congresso da FRELIMO, o que adensa as dúvidas sobre quem será o candidato oficial do partido às próximas eleições presidenciais.

Graduação de Angola

Tendo em conta os progressos macro-económicos e sociais alcançados por Angola nos últimos anos, o Comité das Políticas de Desenvolvimento do Conselho Social das Nações Unidas (CNUCED) anunciou, durante a sessão especial no âmbito do 59º Conselho da CNUCED realizada em finais de setembro em Genebra, que Angola se tornou candidata ao processo de graduação do Grupo de Países Menos Avançados (PMA) numa lista a ser aprovada em 2015 e a integrar a lista de Países de Rendimento Médio.

Nas últimas três décadas, apenas três países saíram do grupo dos PMA, designadamente o Botswana, Cabo Verde e as Maldivas. Segundo as normas, para que isto aconteça, os PMA deverão cumprir dois dos três critérios de elegibilidade. Os critérios para que os países sejam candidatos à graduação dos PMA são o Produto Nacional

Bruto (PNB) per capita, como indicador da capacidade de geração de rendimentos; Índice de Capital Humano (ICH), como indicador das reservas de capital humano; e Índice de Vulnerabilidade Económica (IVE), como indicador da vulnerabilidade económica a crises exógenas.

Desde a sua instituição em 1971, os critérios que estão na base da identificação do conceito de País Menos Avançado (PMA) foram alvo de algumas revisões de modo a que se pudessem adaptar à evolução do conceito de desenvolvimento. Atualmente, de acordo com o The United Nations Economic and Social Council (ECOSOC), a definição, da condição de PMA passa a ser feita com base na observância de três critérios:

- i) PIB per capita inferior a 745 USD;
- ii) Índice de Capital Humano¹ superior a 58
- iii) Índice de Vulnerabilidade Económica inferior a 42².

Para efeitos de graduação, exigia-se o cumprimento de dois dos três critérios: i) PIB per capita superior a 900 USD, ii) Índice de Capital Humano superior a 66 e iii) Índice de Vulnerabilidade Económica inferior a 38.

Enquanto PMA, o país ver-lhe-ia reconhecida a possibilidade (e direito) de beneficiar de Ajuda Pública ao Desenvolvimento e de créditos altamente concessionais, de um acesso privilegiado ao mercado, de amplos envelopes de assistência técnica e outros mecanismos que, num quadro de flexibilidade, apoiam a implementação dos diferentes acordos e normas internacionais. Do mesmo

modo, estes países viram as suas obrigações financeiras e contribuições para as instituições internacionais serem substancialmente reduzidas³.

Neste momento, o Grupo dos PMA é composto por 48 países⁴, dos quais 33 (69%) são países africanos. Para além de Angola também a Guiné Equatorial, o Tuvalu e o Vanuatu poderão graduar-se num futuro próximo.

Em março passado, na reunião do Comité de Políticas de Desenvolvimento da CNUCED, foi pela primeira vez considerado que Angola cumpria os critérios de elegibilidade para ser excluída da lista de Países Menos Avançados, cumprindo-se a primeira etapa de um longo processo, que iniciará em 2015 e poderá estender-se por mais três anos de transição para a sua integração no grupo de Países de Rendimento Médio.

Durante a sessão de ontem da CNUCED, o representante permanente de Angola junto da ONU e Organizações Internacionais em Genebra, embaixador Apolinário Correia, realçou o crescimento económico do país desde o alcance da paz em 2002, indicando as elevadas taxas de crescimento do PIB desde o fim da Guerra Civil.

Para o Banco Mundial⁵, para além de Angola, também Moçambique estará em breve em condições de ascender ao estatuto de país de rendimento médio. Para que tal aconteça, será necessário que se mantenham as taxas de crescimento da economia e, sobretudo, que o país consiga retirar importantes devidos das enormes potencialidades que existem no seu território em matéria de recursos naturais, nomeadamente em termos de gás natural e minerais.

¹ Índice composto por 4 indicadores: i) Percentagem de população subnutrida, ii) mortalidade infantil em crianças com idade inferior a 5 anos, iii) taxa de frequência do ensino secundário e iv) taxa de literacia em pessoas com idade superior a 15 anos. A realização deste critério pressupõe que o valor obtido no cálculo combinado dos 4 indicadores esteja no intervalo do terceiro e quarto quartil do valor apurado para o total dos PMA.

² Índice de Vulnerabilidade calcula-se com base nos seguintes critérios: 1) volume populacional (obrigatoriamente inferior a 75 milhões), 2) condição periférica face aos principais mercados internacionais, 3) concentração das mercadorias de exportação, 4) contributo da agricultura e pescas para o Produto Interno Bruto, 5) capacidade de reação a desastres naturais, 6) capacidade e regularidade da produção agrícola e 7) instabilidade das exportações de bens e serviços.

³ Irina Pais (2012): **Cabo Verde e a Graduação da Lista de Países Menos Avançados – da Validação Política à Transição Sustentável**. Revista Lusíada Política Internacional e Segurança, nº6/7.

⁴ Angola, Afeganistão, Bangladesh, Benim, Burkina Faso, Burundi, Butão, Camboja, Chade, Comores, Djibouti, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Iémen, Lesoto, Libéria, Haiti, Ilhas Salomão, Kiribati, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Myanmar, Nepal, Níger, Rep. Centro Africana, Rep. Democrática do Congo, Ruan-da, Laos, Samoa, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Timor-Leste, Togo, Tuvalu, Uganda e Zâmbia.

⁵ **Segundo o Banco Mundial: País tem condições para ser de médio rendimento**, in Notícias Maputo, 23/10/12.
<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1526909e>



Botswana Explora Minas de Carvão

O Botswana vai passar a ter acesso ao Oceano Índico nos termos de um memorando de entendimento assinado com o Governo de Moçambique.

O Botswana deu início a um ambicioso programa para explorar reservas de carvão estimadas em 212 mil milhões de toneladas, a maior parte das quais a serem exportadas para os mercados asiáticos utilizando as rotas para oriente através do Zimbabwe e de Moçambique pelos portos moçambicanos da Beira e de Maputo. Estas rotas constituem as melhores opções do país em termos económico-financeiros.

Atualmente decorrem estudos de viabilidade económica para a expansão das infraestruturas ferroviárias e portuárias, com estimativas preliminares a indicarem que o Botswana pode atualmente exportar dois milhões de toneladas/ano através de Moçambique, quantidade que poderá subir para 60 milhões de toneladas/ano quando as infraestruturas tiverem sido modernizadas e ampliadas.

O Botswana tem sido um caso bem-sucedido em África. Desde a sua independência as suas elites políticas têm sabido gerir bem os seus recursos naturais. Se na altura da independência era considerado como um estado inviável, a posterior descoberta de diamantes e a sua racional gestão, deram ao país os instrumentos para se tornar num caso de boa gestão num Continente manchado por má gestão e desvio de fundos públicos.

Com uma dimensão geográfica semelhante à da França, o Botswana é um país muito pouco habitado, tem apenas pouco mais de 1.6 milhões de habitantes. Este país é apontado pelas instituições financeiras internacionais como um dos países mais indicados para fazer negócios em África. As razões para tal situação prendem-se com a existência de instituições que inspiram confiança, estabilidade nas políticas económicas e um crescente uso das tecnologias. O grande motor do desenvolvimento tem sido o negócio das minas de diamantes. O Botswana é o maior produtor do mundo, responsável por 35% da produção mundial de diamantes

Com meios à sua disposição, o Botswana conseguiu passar, em 1966, de um dos países mais pobres do mundo para ser na atualidade um país de rendimento médio com taxas de crescimento na ordem dos 7% nas últimas duas décadas. Contudo, a riqueza mineral não explica por si só o sucesso do Botswana. Outros países com um subsolo tão ou mais rico continuam a navegar na pobreza e nepotismo.

O Botswana escapou à chamada maldição dos recursos. Países com o subsolo rico que acabam por ficar prisioneiros de elites que desbaratam os fundos públicos e que os utilizam para proveito próprio.

O Botswana é dos poucos países africanos que tem uma democracia ininterrupta desde a independência. A Transparency International considera o Botswana como o país menos corrupto de África. A boa gestão dos assuntos públicos é, de facto, uma prioridade da elite política do país desde a independência. O primeiro presidente do país, Seretse Khama, foi um exemplo de gestão do país e que fez escola nos líderes posteriores. Khama legou uma herança de responsabilidade pública numa região minada de nepotismo familiar e tribal. O culto da responsabilização e transparência é visível na exploração dos diamantes. Noutros países, há guerras e conflitos entre Estados e no interior de Estados (Serra Leoa, Congo, etc.) por causa da recolha e tráficos de diamantes. No Botswana, a exploração está a cargo de uma holding (Debswana) partilhada (50%-50%) pelo governo e por uma empresa sul-africana (De Beers).



Novo Executivo Angolano

Na sequência das eleições gerais de agosto passado, um novo executivo tomou posse no passado dia 1 de outubro. O novo elenco governativo, liderado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e que tem como principal coadjutor Manuel Domingos Vicente, está cheio de caras novas, as quais assumem pela primeira vez uma pasta ministerial.

Os casos de estreias absolutas são vários, a começar pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Edeltrudes Maurício Fernandes Gaspar da Costa. Até há bem pouco tempo este advogado e professor universitário foi membro da Comissão Nacional Eleitoral. Esteve no Executivo como um dos três Vice-Ministros da Administração do Território, ocupando-se das questões eleitorais, acumulando como coordenador adjunto da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE).

Outro estreante, como Ministro, é Ângelo da Veiga Tavares. Nomeado titular do Ministério do Interior, Ângelo da Veiga Tavares, 52 anos, é licenciado em Economia pela Universidade Agostinho Neto. Tem uma longa trajetória como quadro do Ministério do Interior, onde exerceu, entre outras, as funções de Diretor Nacional dos Serviços Prisionais e Diretor Nacional de Planeamento e Finanças, chegando a Vice-Ministro.

O novo Ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial também faz a sua estreia como titular. Em 2010, no âmbito da reformulação do Executivo, após a aprovação da Constituição, Job Graça foi nomeado Secretário de Estado da Coordenação Económica. Até então, este economista e docente universitário era há dois anos Vice-Ministro da Economia.

Outra estreia como Ministro é a de Rui Jorge Carneiro Mangureira. Antes de ter sido nomeado Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, este jurista, diplomata de carreira e também docente universitário, de 50 anos, foi Secretário de Estado das Relações Exteriores para Organização Administrativa. Mestre em Direito Económico Internacional pela University of Warwick, no Reino Unido, e licenciado em Direito pela Universidade Agostinho Neto, Rui Mangureira exerceu entre outras funções a de coordenador da Secção de Assuntos Jurídicos e Tratados, na Direção de Assuntos Jurídicos e Consulares, embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Angola nos Emirados Árabes Unidos, Cônsul Geral de Angola no Dubai - Emirados Árabes Unidos e Diretor Interino da Direção das Organizações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores

Francisco Manuel Queirós também faz a sua estreia como Ministro. Nomeado para dirigir o sector da Geologia e Minas, o jurista Francisco Manuel Queirós é mestre pela Universidade de Lisboa e exerceu as funções de Secretário para os Assuntos Políticos e Constitucionais do Presidente da República. Publicou o livro "O sector informal de economia em Angola: contributos para a sua compreensão" e foi coordenador da Comissão Técnica para Revisão da Legislação Mineira.

Outro estreante é Adão do Nascimento. Mestre em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Pedagógico Estatal Hertzen de Leninegrado foi Secretário de Estado até antes de ser nomeado Ministro do Ensino Superior. Adão Gaspar Ferreira do Nascimento teve passagem pelo Ministério da Indústria e Energia, como técnico, antes de fazer parte dos quadros do Ministério da Educação, onde foi Diretor Nacional de Formação de Quadros de Ensino e chegou a Secretário de Estado do Ensino Superior.

José António da Conceição e Silva faz também a sua estreia como titular do Ministro do Urbanismo e Habitação. Antes de ter sido nomeado Ministro, foi Diretor Nacional de Infraestruturas Públicas.

Com a separação das pastas da Agricultura e das Pescas, Vitória de Barros Neto assume o segundo sector. Nomeada Ministra das Pescas, Vitória de Barros Neto é licenciada em Biologia. Desde 2004 foi Vice-Ministra das Pescas e passou a Secretária de Estado com a reformulação do Executivo em 2010.

Autora de vários trabalhos sobre a pesca em Angola e na região do ecossistema da corrente fria de Benguela (Angola, Namíbia e África do Sul) foi Diretora técnica do Instituto de Investigação Pesqueira e Diretora Geral do Instituto de Investigação Marinha.

Outra estreia absoluta em funções no Executivo é a de Bernarda Henriques da Silva. Licenciada em Engenharia Química e Pós-Graduada em Gestão, a nova ministra da Indústria foi deputada até à sua nomeação. Entre as funções exercidas consta a de Diretora nacional do Ministério da Indústria e foi docente da Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto.

Outra estreante é a nova Ministra do Comércio. Apesar de assumir pela primeira vez um gabinete ministerial, Rosa Escórcio Pacavira de Matos não é propriamente um rosto desconhecido, nomeadamente pelo protagonismo que teve como Secretária para os Assuntos So-



ciais do Presidente da República e como coordenadora da Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza, órgão que congregava os Ministérios do Planeamento, Administração do Território, Agricultura e Comércio.

José Luís de Matos assume também pela primeira vez um gabinete ministerial. Nomeado Ministro da Comunicação Social, foi durante muitos anos Diretor Nacional de Informação. Antes foi quadro do Jornal de Angola, esteve algum tempo cedido à diplomacia e também foi assessor da Presidência da República para a Área de Imprensa.

Maria Filomena Delgado também faz a sua estreia como ministra no Executivo do MPLA. Formada em Sociologia pela Universidade de Calabar na Nigéria, a nova Ministra da Família e Promoção da Mulher ocupou cargos de destaque e desempenhou funções técnicas com alguma visibilidade. Foi Vice-Ministra da Família e Promoção da Mulher e também assumiu o cargo de vice da Agricultura e Desenvolvimento Rural, até que, no âmbito da reformulação do Executivo com a entrada em vigor da Constituição de 2010, foi nomeada Secretária de Estado para o Desenvolvimento Rural.

Rosa Luís de Sousa Micoló é a nova Ministra dos Assuntos Parlamentares. Antes da sua nomeação esteve afecta ao Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, como Diretora-Geral do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), cargo que passou a ocupar depois de sair do Governo Provincial de Luanda, onde foi Diretora provincial da Habitação.

Da lista de Ministros divulgada pelos órgãos auxiliares da Presidência da República, também faz parte Manuel Hélder Vieira Dias Júnior, Ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança.

Cândido Pereira dos Santos Van-Dúnem e Georges Rebelo Pinto Chicoti, que ocupam, respectivamente, as pastas da Defesa Nacional e das Relações Exteriores, foram também reconduzidos.

Na equipa económica, Abraão Pio dos Santos Gourgel é o Ministro da Economia e Carlos Alberto Lopes assume o Ministério das Finanças.

Bornito de Sousa Baltazar Diogo é o Ministro da Administração do Território e António Domingos da Costa Pitra Neto fica no Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

Kundi Paihama foi nomeado Ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Afonso Pedro Canga é o Ministro da Agricultura e Fernando Fonseca é o titular do Ministério da Construção.

João Baptista Borges ficou com a pasta da Energia e Águas, Augusto da Silva Tomás foi nomeado Ministro dos Transportes e Maria de Fátima Jardim é a titular do Ministério do Ambiente. No Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, o titular é José de Carvalho da Rocha e Maria Cândida Pereira Teixeira foi nomeada Ministra da Ciência e Tecnologia.

Rosa Maria Martins da Cruz e Silva assume a titularidade do Ministério da Cultura, João Baptista Kussumua é Ministro da Assistência e Reinserção Social e Manuel Gonçalves Muandumba foi nomeado Ministro da Juventude e Desportos.



Relatório sobre a Insegurança Alimentar no Mundo

De acordo com os dados apresentados pela Food and Agriculture Organization (FAO) no seu relatório sobre a Insegurança Alimentar Mundial⁶, cerca de 870 milhões de pessoas, quase uma em cada oito, sofria de má nutrição no período entre 2010 e 2012. De acordo com a FAO, a quase totalidade da população mal nutrida, 852 milhões, vivia em países em desenvolvimento e apenas 16 milhões em países desenvolvidos.

O número total de pessoas mal alimentadas diminuiu em 132 milhões no período entre 1990-1992 e 2010-2012, tornando possível, aplicando as medidas corretas, cumprir as metas previstas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) no que diz respeito à alimentação.

Os progressos no combate à subnutrição foram particularmente bem-sucedidos entre 2007 e 2008, embora desde então tenha havido uma redução na diminuição de pessoas atingidas por este flagelo.

Apesar destes sucessos globais, África tem sido o continente onde a fome continua a crescer, aumentando de 175 milhões para 239 milhões as pessoas que estão subnutridas. Embora no período abrangido pelo relatório a fome tenha diminuído em África, a verdade é que o número de pessoas atingidas tem vindo a aumentar. Os sucessos alcançados foram revertidos a partir de 2007, com a fome a aumentar em cerca de 2% por ano.

No relatório da FAO é dado algum destaque a três países lusófonos, Angola, Brasil e Moçambique, sendo que é em Angola que se tem registado a melhoria mais significativa. Dos 63,9 % de subnutridos identificados em Angola no relatório de 1990-1992, persistem agora 27,4 %, o que representa uma diminuição de 57,1%, mas continua a corresponder a cinco milhões de pessoas.

Já no Brasil, a percentagem de pessoas subnutridas desceu de 14,9%, em 1990-1992, para 6,9% em 2010-2012, o que corresponde a uma diminuição de 53,7%. Esta diminuição significou que menos 10 milhões de pessoas passam hoje em dia fome no Brasil, passando dos 23 milhões em 1990-92 para 13 milhões na atualidade.

Em Moçambique, os resultados não são tão positivos, havendo ainda nove milhões de pessoas com fome, quando em 1990-92 esse valor era de 8 milhões de pessoas.

Ao nível do continente africano, o relatório não apresenta dados para todos os países. Mas, no conjunto dos países apresentados há bons resultados como é o caso da Nigéria que diminuiu a população com fome dos 19 milhões em 1990-92 para 14 milhões na atualidade. Mas há vários casos preocupantes. O Quênia viu a percentagem de população a passar fome subir dos 9 para os 13 milhões. Também a Tanzânia viu a fome atingir 18 milhões contra os 8 milhões que passavam fome em 1990. A situação na Etiópia também é preocupante, pois dos seus 80 milhões de habitantes 34 milhões ainda vivem com fome, não tendo havido qualquer função desde 1990.



⁶ FAO (2012): **The State of Food Insecurity in the World.**
<http://www.fao.org/docrep/016/i3027e/i3027e00.htm>



Remodelação Governamental em Moçambique

O Presidente moçambicano, Armando Guebuza, exonerou, a 8 de outubro, o Primeiro-Ministro, Aires Bonifácio Baptista Aly, e nomeou para o cargo Alberto Clementino Vaquina. Natural da província de Nampula, Alberto Vaquina exercia, desde 2010 o cargo de Governador da província de Tete, depois de, entre 2005 e 2010 ter sido Governador de Sofala.

Licenciado em medicina no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, no Porto, Alberto Vaquina exerceu depois medicina em Portugal durante dez anos. Mais tarde concluiu uma Pós Graduação em doenças tropicais no Instituto de Higiene e Medicina Tropical na Universidade Nova de Lisboa. Após concluir a formação em Portugal, Vaquina regressou ao país em 1996, tendo trabalhado como médico em Nampula, antes de ser nomeado Diretor Provincial de Saúde em Cabo Delgado, entre 1998 e 2000.

Em 2005, Alberto Vaquina iniciou a sua carreira política ao ser nomeado Governador de Sofala, cargo que exerceu durante cinco anos. Posteriormente foi nomeado Governador de Tete, cargo no qual se destacou e que poderá ter favorecido a sua ascensão política. Outro sinal da importância política de Vaquina foi o facto de ter sido eleito para a Comissão Política do Comité Central da FRELIMO no Congresso que se realizou em setembro em Pemba.

Esta substituição inseriu-se numa remodelação governamental que abrangeu mais três Ministros, um Vice-Ministro e três governadores provinciais.

O Presidente moçambicano anunciou a saída de Aires Aly, que ocupava o cargo desde 2010, e dos Ministros do Turismo, Fernando Sumbana, da Educação, Zeferino Martins, e seu Vice-Ministro, Augusto Jones, e do titular da pasta da Ciência e Tecnologia, Venâncio Masingue. Aproveitando a remodelação governamental, o Presidente moçambicano também substituiu alguns governadores provinciais. Assim, foram exonerados dos seus cargos Carvalho Muária do cargo de Governador da Província de Sofala; Alberto Vaquina do cargo de Governador da Província de Tete; Francisco Itai Meque do cargo de Governador da Província da Zambézia e Felismino Tocoli do cargo de Governador da Província de Nampula.

A saída de Aires Aly prendeu-se com o facto de não ter sido eleito para a Comissão Política da FRELIMO no X Congresso que se realizou em setembro. Por outro lado, há quem explique esta saída pelo facto

de Aires Aly se estar a preparar para apresentar-se como candidato às eleições presidenciais de 2014, candidatura que não seria do agrado do atual Presidente.

Para o cargo de Ministro do Turismo foi nomeado Carvalho Muária, engenheiro civil formado pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM). À data da sua nomeação, Muária exercia o cargo de Governador da província de Sofala, para o qual fora confirmado em Janeiro de 2011, após cerca de seis meses como substituto legal do então Governador Maurício Vieira.

Num outro despacho presidencial, o Chefe do Estado nomeou Louis Augusto Mutomene Pelembe para o cargo de Ministro da Ciência e Tecnologia. Doutorado em Agro-processamento, com especialização em Ciência de alimentos pela Universidade de Pretória, na África do Sul, Louis Pelembe é Professor Associado da Universidade Eduardo Mondlane, tendo sido um dos três candidatos ao cargo de Reitor daquela que é a maior e mais antiga instituição de ensino superior público em Moçambique.

Para Ministro da Juventude e Desportos o Presidente da República nomeou Fernando Sumbana Júnior, Mestre em Economia e Gestão. À data da sua nomeação Sumbana exercia o cargo de Ministro do Turismo, que desempenhava desde Janeiro de 2000. No seu percurso, Fernando Sumbana desempenhou igualmente funções de Ministro da Juventude e Desportos, por acumulação, tendo sido igualmente Diretor do Centro de Promoção de Investimentos (CPI).

Para o cargo de Ministro da Educação o Chefe do Estado nomeou Augusto Jone Luís, Mestre em Ciências de Educação, que além de docente universitário, desempenhava, à data da sua nomeação, o cargo de Vice-Ministro da Educação.

Num outro despacho, Armando Guebuza nomeou Francisco Itai Meque para o cargo de Vice-Ministro da Educação. Quadro do sector, Itai Meque vinha desempenhando o cargo de governador da província da Zambézia, depois ter exercido idênticas funções na província de Inhambane.

Noutros despachos separados o Presidente da República nomeou Félix Paulo, médico Veterinário de profissão, para o cargo de Governador da Província de Sofala. À data da sua nomeação Félix Paulo desempenhava as funções de Diretor Nacional dos serviços veterinários, no Ministério da Agricultura.



Prémio Ibrahim 2012

Nomeou igualmente Ratxide Abdala Ackyamungo Gogo, engenheiro mecânico, para o cargo de Governador da Província de Tete. Natural do Niassa, Ratxide Gogo é docente universitário e membro ativo da Associação dos Antigos Combatentes de Luta de Libertação Nacional, sendo que à data da sua nomeação desempenhava as funções de assessor político da chefe da bancada parlamentar da FRELIMO na Assembleia da República e Vice-Presidente da assembleia geral da Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

Num outro despacho, Armando Guebuza nomeou Joaquim Veríssimo, Licenciado em Direito, para o cargo de Governador da Província da Zambézia. À altura da sua nomeação Veríssimo era Deputado da Assembleia da República, e membro da Comissão Permanente daquele órgão. Natural de Caia, em Sofala, Veríssimo é quadro da empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique.

O Chefe do Estado nomeou ainda Cidália Manuel Chaúque, para o cargo de Governador da Província de Nampula. Natural de Maputo, a nova governadora de Nampula era Deputada da Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Inhambane.



O Comité do Prémio da Fundação Mo Ibrahim reuniu-se em outubro em Londres para decidir sobre atribuição do Prémio Ibrahim 2012 para a Excelência na Liderança Africana. Após a reunião, o Comité do Prémio informou o Conselho da Fundação da inexistência de um vencedor para 2012.

O Prémio consiste numa atribuição anual de 5 milhões de dólares americanos ao longo de 10 anos e numa atribuição anual vitalícia posterior de 200.000 dólares americanos. O prémio foi criado com o intuito de reconhecer e celebrar a excelência na liderança africana e proporcionar aos laureados a oportunidade de prosseguirem o seu compromisso para com o continente africano após a saída dos seus cargos. É atribuído a um antigo Chefe de Estado Africano ou Governo eleito democraticamente que cessou funções nos últimos três anos e que serviu o mandato para o qual foi constitucionalmente mandado com comprovada excelência.

O Comité do Prémio declarou: "O Comité do Prémio analisou vários candidatos elegíveis mas nenhum satisfazia os critérios necessários para a atribuição deste Prémio. O Prémio é sobre a excelência em liderança. Nos primeiros seis anos, o Comité do Prémio selecionou três laureados muito meritórios que continuam a ser uma inspiração e cujos exemplos esperamos virem a ser copiados?"

Em 2011, o Prémio foi atribuído ao Presidente Pedro Verona Pires de Cabo Verde pela sua "visão de transformar Cabo Verde num modelo de democracia, estabilidade e crescente prosperidade".

Pedro Verona Pires sucedeu a Joaquim Chissano (2007) e a Festus Mogae (2008) como laureados do Prémio Ibrahim. Nelson Mandela foi o laureado inaugural honorário em 2006. Em 2009 e 2010 o Comité do Prémio não selecionou um vencedor.

O sexto Índice Ibrahim de Governação Africana publicado em outubro, analisou o que se passou em todo o continente no último ano. Do lado positivo, há que reconhecer que a governação global em África melhorou desde 2000. A maioria dos países, conseguiram melhorias significativas ao longo deste período. No entanto, do lado negativo, o índice realçou o fato de o progresso global de África na

⁷

<http://www.moibrahimfoundation.org/news/article.php?id=5>



esfera da governação económica não estar a ser acompanhado por uma evolução semelhante na esfera política e dos direitos humanos. Na verdade, o Índice confirma que os avanços na governação ao longo dos últimos seis anos em torno do Desenvolvimento Económico Sustentável e do Desenvolvimento Humano, com frequência impressionantes, foram contrariados por uma deterioração nas áreas da Participação e Direitos Humanos e da Segurança e Estado de Direito. Preocupantemente, algumas das potências regionais de África (Egito, Quênia, Nigéria e África do Sul), tão importantes para o progresso do continente, enquadram-se nessa tendência.

Atravessando as fronteiras, o Índice Ibrahim de 2012 revela algumas diferenças importantes no desempenho regional. Enquanto as Áfricas Ocidental, Central e Austral estão a melhorar as suas classificações globais de governação, tanto a África do Norte como a África Oriental registaram declínios. A África Oriental foi superada pela África Ocidental em termos de Desenvolvimento Económico Sustentável, com o Quênia e o Uganda a afetarem negativamente o seu desempenho.

Em todas as regiões, a subcategoria com pontuação mais elevada foi a do Género; a exceção que se destaca é a da África Ocidental, que obtém nessa mesma subcategoria a sua pontuação mais baixa. Nenhum país ou região se pode permitir ignorar o potencial de metade da sua população.

No espaço da África Ocidental, também a Nigéria é motivo de preocupação. O país vê-se agora classificado entre as 10 nações com pior desempenho global de entre as 52 avaliadas pelo Índice. Dado que todas as potências regionais africanas desempenham um papel fulcral na definição da paisagem económica e política do continente, esse fracasso poderá ter implicações significativamente mais amplas.



Fundo Soberano de Angola

O Fundo Soberano de Angola (FSDEA) foi lançado outubro, em Luanda, com um capital avaliado em 500 mil milhões de kwanzas provenientes das exportações petrolíferas angolanas.

Em conferência de imprensa, o Conselho de Administração do FSDEA, presidido por Armando Manuel, apresentou a instituição detida exclusivamente pelo Estado Angolano, como um instrumento que vai assegurar a poupança dos recursos financeiros provenientes de sectores económicos de recursos não renováveis, investindo-os em sectores de recursos renováveis, de modo a permitir que as futuras gerações de angolanos possam beneficiar deles.

O FSDEA sucede ao antigo Fundo Petrolífero e tem as suas receitas baseadas na absorção do resultado da exportação de 100 mil barris de petróleo por dia. O Presidente do Conselho de Administração do FSDEA declarou que o Fundo Soberano vai pautar-se nas melhores técnicas e procedimentos de gestão universalmente aceites, com destaque na transparência, na responsabilidade, no fomento dos investimentos e no crescimento económico-social.

Os investimentos do Fundo com objectivo de buscar o retorno da poupança nacional, poderão ser realizados no país e ou no estrangeiro. Neste processo, o Fundo procurará adaptar uma política muito prudential em relação aos mercados, o que significa que vai ter em vista o controlo dos riscos sobre a sua atividade. O Presidente do Conselho de Administração considerou que o Fundo Soberano é lançado num momento de extraordinárias oportunidades no mercado mundial, em que os países emergentes apresentam necessidades de investimentos em infraestruturas que ultrapassam os 400 mil milhões de USD, estando as necessidades de África situadas em 60 mil milhões de USD.

Num cenário como este, o FSDEA espera dedicar os recursos em aplicações de renda fixa, tendo em consideração a segurança e o baixo risco. O FSDEA espera constituir uma carteira de projetos estruturantes, infraestruturas ligadas a energia, água, saneamento, transportes. A instituição prevê com o evoluir do tempo, refinar os seus instrumentos de governança, a medida do crescimento de sua carteira e da situação dos mercados.

A criação de um fundo soberano em Angola vai ajudar a reduzir a exposição da economia angolana às oscilações do preço do petróleo e a criar as condições para um crescimento sustentável, afirma a agência de notação de risco Fitch.



Numa análise à situação atual de Angola, a Fitch refere que a criação do fundo pode ajudar a cimentar as recentes melhorias no perfil de crédito de Angola, que incluíram em Maio uma melhoria das perspectivas de evolução da notação da dívida angolana, de “estável” para “positivo”, no nível “BB-”.

A Fitch prevê um crescimento de 8,2% da economia angolana este ano e de oito por cento em 2013 e 2014. Espera-se que o foco de investimentos do Fundo seja, inicialmente, as infraestruturas no país, partindo depois para a construção de uma carteira de ativos no estrangeiro, em economias emergentes de África e da Ásia.

Cimeira da Francofonia

Realizou-se em outubro passado em Kinshasa, República Democrática do Congo, a XIV Cimeira da Organização Internacional da Francofonia (OIF). A Cimeira concentrou-se nas crises que atingem vários países africanos do espaço francófono, nomeadamente, a Guiné Conacri, Madagáscar, Costa do Marfim, Guiné-Bissau e Mali.

A Organização Internacional da Francofonia, foi criada em 1970, e tem 77 países membros, 57 membros efetivos e 20 observadores. Entre os seus membros efetivos estão quatro PALOP: Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Moçambique tem estatuto de observador.

Uma das grandes atrações desta Cimeira foi a presença do novo Presidente francês, François Hollande, o qual quis pautar a sua aparição com uma ruptura face ao passado. Nesse sentido, Hollande afirmou que a França decidir acabar com a sua diplomacia paralela em África, conhecida pelo termo de Françafrica. Este conceito caracterizava a relação especial que a França sempre manteve com as suas ex-colónias após as independências.

A origem da Françafrica está nos acordos de cooperação que foram elaborados entre a França e os governos dos países africanos francófonos, os quais garantiram a Paris a manutenção de sólidos laços culturais e económicos com as suas ex-colónias, apoiadas em estruturas político e militares. Apesar da independência formal das suas colónias, a França manteve uma grande influência nestes países, ao ponto de haver lá mais franceses depois das independências

do que antes (ao contrário por exemplo do que aconteceu com as colónias portuguesas), com a ida de milhares de conselheiros, professores e militares para estes novos países.

Este sistema funcionou durante muitos anos, com vários líderes africanos, como Leopold Senghor no Senegal ou Houphouet Boigny na Costa do Marfim a serem excelentes aliados de Paris.

As questões africanas foram sempre prioritárias no âmbito da política externa francesa. Essa importância fica patente na criação da Célula Africana do Eliseu diretamente dependente do Presidente. Durante décadas o Conselheiro para África do Presidente foi Jacques Foccart (1958-1997), o qual assessorou os Presidentes Charles De Gaulle, George Pompidou, François Mitterrand e Jacques Chirac.

O apoio francês a vários líderes africanos fez-se sentir através das forças militares francesas estacionadas no continente que, em 1960 chegaram a ser 30 mil. Hoje em dia restam 2.900 militares no Djibuti, 1.200 no Senegal e 800 no Gabão.

O termo Françafrica passou a ser contestado nos anos 90, devido ao apoio francês a regimes corruptos em África, nomeadamente no Zaire de Mobutu e no Ruanda em 1994, neste último caso, a França apoiou o regime ruandês e nada fez para evitar o genocídio.

Face a estas críticas, a política francesa para África começou a ser reformulada com o Ministério da Cooperação a ser integrado no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1998. Outro sinal de mudança foi a redução dos contingentes militares em África. Estas reformas foram acompanhadas pela multilateralização da política africana francesa que passou a apostar mais em intervenções via União Europeia como foi o caso do envio de uma missão militar para o Chade e para o Congo. Apesar desta mudança, intervenções bilaterais, como foi o caso na Costa do Marfim em 2002, mantiveram-se

Mas apesar do discurso de Hollande, a verdade dos acontecimentos vem contradizê-lo. Face ao agravamento da situação no Mali, a França está disponível para enviar forças militares para apoiar o governo de Bamako a reconquistar o Norte do país, perdido para os fundamentalistas islâmicos. Esta intervenção era típica da fase da Françafrica e contradiz a disposição de assumir uma nova política de não ingerência nos assuntos internos africanos.

A presença de Hollande na Cimeira de Kinshasa também foi ensom-

brada pelo seu discurso muito crítico em relação ao regime do Presidente Joseph Kabila, o qual foi acusado de não respeitar os direitos humanos, a democracia e de esmagar a oposição. O discurso foi mal recebido não só por pôr em causa o anfitrião, mas também por ser omissivo em críticas a outros regimes africanos igualmente violadores destes princípios, como são o caso do Níger e do Chade.

No final dos trabalhos, os membros da Francofonia assinaram a Declaração de Kinshasa, a qual manifestou a sua preocupação pelos atos terroristas no Sahel e os atos de pirataria no golfo de Adén. Por outro lado, comprometeram-se a aprofundar e acelerar a implementação de uma governação democrática dos sistemas de segurança, afirmando a necessidade de organizar, nos países francófonos, eleições livres, democráticas e transparentes para garantir a legitimidade democrática das instituições e assegurar o desenvolvimento pacífico dos escrutínios.

No final dos trabalhos ficou decidido que o Senegal será o anfitrião da reunião da OIF em 2014. Esta Cimeira vai coincidir com o fim do terceiro e último mandato do atual Secretário-Geral, Abdou Diouf, antigo Presidente senegalês (1981-2000).

Eleições autárquicas em Angola em 2015

O Ministro da Administração do Território de Angola, Bornito de Sousa, anunciou a 24 de outubro, que as primeiras eleições autárquicas em Angola vão realizar-se em 2015.

Em 2011, o Conselho da República, que é um órgão consultivo do Presidente da República, tinha decidido que as primeiras eleições autárquicas se deveriam realizar em 2014. Bornito de Sousa justificou a alteração da data com um estudo elaborado pelo seu Ministério, acrescentando que já se encontra em curso o processo de preparação do escrutínio.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05